



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N.º 213, DE 2003**
(Do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto e outros)

Inclui a letra "e" no § 1º do art. 62 da Constituição Federal.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - Inclua-se a letra “e” no § 1º do art. 62 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

Art. 62

§ 1º

e) – instituição ou majoração de tributos;

Art. 2º - Fica revogado o § 2º do art. 62 da Constituição Federal.

Art. 3º - Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

São cada vez mais frequentes os abusos cometidos pelo Governo com a edição de Medidas Provisórias.

Como se não bastasse a proliferação desse recurso constitucional que, pela sua natureza, deve ser utilizado de forma comedida – foram 36 Medidas Provisórias em dez meses do governo Lula – muitas incluem assuntos estranhos ao tema principal, sob o surrado pretexto da economia processual.

Uma MP sobre habitação popular ganhou um artigo que prorroga o prazo de adesão dos plantadores de soja transgênica ao termo de compromisso e responsabilidade por danos à saúde.

Outra, sobre operações de crédito para a população de baixa renda e microempresários, autoriza investimentos em obras públicas. Uma terceira, que regula a venda de remédios, tem um artigo sobre o acerto de contas da União com a Petrobras.

A MP 125, sobre diamantes, trata também do parcelamento de débitos com o INSS. A MP 127, sobre distribuidoras de energia, autoriza o Ministro da Fazenda a usar recursos do Tesouro para amortizar a dívida pública.

Outro abuso diz respeito à utilização da Medida Provisória para tratar de matéria tributária. A MP 135, que acaba de ser editada, representa, na prática, uma minirreforma tributária, justamente no momento em que o Congresso se debruça sobre o assunto, a partir de uma proposta do próprio Poder Executivo.

A proposta de emenda à Constituição que ora submetemos à análise dos senhores parlamentares inclui a letra “e” no § 1º do art. 62 da Constituição, para vedar, expressamente, a edição de Medidas Provisórias sobre matéria tributária, aí incluídos impostos, taxas ou contribuições de qualquer natureza.

Além de coibir os excessos, a vedação contribuirá para fortalecer o papel do Congresso Nacional como coadjuvante constitucional do Executivo na tarefa de criar ou extinguir tributos, mormente no quadro atual,

caracterizado por uma pesada carga tributária sobre pessoas e empresas, que se aproxima dos 40% do Produto Interno Bruto – PIB.

A revogação do § 2º do art. 62, sugerida nesta emenda, tornou-se necessária para dar plena eficácia à vedação objeto da presente proposta.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro 2003

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

Deputado Federal

Proposição: PEC-213/2003

Autor: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO E OUTROS

Data de Apresentação: 04/12/2003

Ementa: Inclui a letra "e" no § 1º do art. 62 da Constituição Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas:201

Não Conferem:10

Fora do Exercício:0

Repetidas:35

Ilegíveis:2

Retiradas:0

Assinaturas Confirmadas

1-ABELARDO LUPION (PFL-PR)

2-ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP)

3-ALCESTE ALMEIDA (PMDB-RR)

4-ALCEU COLLARES (PDT-RS)

5-ALEX CANZIANI (PTB-PR)

6-ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB-RJ)

7-AMAURI ROBLEDO GASQUES (PL-SP)

8-ANDRÉ DE PAULA (PFL-PE)

9-ANIVALDO VALE (PSDB-PA)

10-ANN PONTES (PMDB-PA)
11-ANSELMO (PT-RO)
12-ANTONIO CAMBRAIA (PSDB-CE)
13-ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ)
14-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA)
15-ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)
16-ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP)
17-ANTONIO CRUZ (PTB-MS)
18-ARIOSTO HOLANDA (PSDB-CE)
19-ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP)
20-ARNON BEZERRA (PTB-CE)
21-ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT-PR)
22-ÁTILA LINS (PPS-AM)
23-ÁTILA LIRA (PSDB-PI)
24-AUGUSTO NARDES (PP-RS)
25-BISMARCK MAIA (PSDB-CE)
26-BISPO WANDERVAL (PL-SP)
27-CARLOS MELLES (PFL-MG)
28-CARLOS MOTA (PL-MG)
29-CARLOS NADER (PFL-RJ)
30-CARLOS SANTANA (PT-RJ)
31-CELSO RUSSOMANNO (PP-SP)
32-CLAUDIO CAJADO (PFL-BA)
33-CORAUCI SOBRINHO (PFL-SP)
34-CORIOLOANO SALES (PFL-BA)
35-DARCI COELHO (PFL-TO)
36-DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS)
37-DAVI ALCOLUMBRE (PDT-AP)
38-DELFIM NETTO (PP-SP)
39-DILCEU SPERAFICO (PP-PR)
40-DR. BENEDITO DIAS (PP-AP)
41-DR. EVILÁSIO (PSB-SP)
42-DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB-MG)
43-DR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
44-EDMAR MOREIRA (PL-MG)
45-EDSON DUARTE (PV-BA)
46-EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG)
47-EDUARDO CAMPOS (PSB-PE)
48-EDUARDO PAES (PSDB-RJ)
49-EDUARDO SCIARRA (PFL-PR)
50-EDUARDO SEABRA (PTB-AP)
51-ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA-SP)
52-ELISEU RESENDE (PFL-MG)
53-ENIVALDO RIBEIRO (PP-PB)
54-ÉRICO RIBEIRO (PP-RS)
55-FÁBIO SOUTO (PFL-BA)

56-FÉLIX MENDONÇA (PFL-BA)
57-FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA)
58-FERNANDO DINIZ (PMDB-MG)
59-FERNANDO GABEIRA (S.PART.-RJ)
60-FERNANDO GONÇALVES (PTB-RJ)
61-FRANCISCO APPIO (PP-RS)
62-FRANCISCO GARCIA (PP-AM)
63-FRANCISCO TURRA (PP-RS)
64-GILBERTO NASCIMENTO (PMDB-SP)
65-GONZAGA MOTA (PSDB-CE)
66-GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)
67-GUSTAVO FRUET (PMDB-PR)
68-HELENILDO RIBEIRO (PSDB-AL)
69-HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN)
70-HUMBERTO MICHILES (PL-AM)
71-ILDEU ARAUJO (PP-SP)
72-INALDO LEITÃO (PL-PB)
73-ITAMAR SERPA (PSDB-RJ)
74-IVAN RANZOLIN (PP-SC)
75-JAIR BOLSONARO (PTB-RJ)
76-JAIRO CARNEIRO (PFL-BA)
77-JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP)
78-JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA)
79-JOÃO BATISTA (PFL-SP)
80-JOÃO CALDAS (PL-AL)
81-JOÃO CAMPOS (PSDB-GO)
82-JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL-MG)
83-JOAQUIM FRANCISCO (PTB-PE)
84-JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)
85-JOSÉ CARLOS ELIAS (PTB-ES)
86-JOSÉ CARLOS MACHADO (PFL-SE)
87-JOSÉ PRIANTE (PMDB-PA)
88-JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PFL-DF)
89-JOSÉ ROCHA (PFL-BA)
90-JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)
91-JOSIAS QUINTAL (PMDB-RJ)
92-JOSUÉ BENGTON (PTB-PA)
93-JOVAIR ARANTES (PTB-GO)
94-JOVINO CÂNDIDO (PV-SP)
95-JÚLIO CESAR (PFL-PI)
96-JÚLIO DELGADO (PPS-MG)
97-JULIO LOPES (PP-RJ)
98-LAURA CARNEIRO (PFL-RJ)
99-LAVOISIER MAIA (PSB-RN)
100-LEANDRO VILELA (PMDB-GO)
101-LEONARDO MATTOS (PV-MG)

102-LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ)
103-LEONARDO VILELA (PP-GO)
104-LOBBE NETO (PSDB-SP)
105-LUCIANA GENRO (S.PART.-RS)
106-LUCIANO LEITOA (PSB-MA)
107-LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB-SP)
108-LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO)
109-LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR)
110-LUIZ CARLOS SANTOS (PFL-SP)
111-LUIZ CARREIRA (PFL-BA)
112-LUIZ PIAUHYLINO (PTB-PE)
113-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)
114-MANOEL SALVIANO (PSDB-CE)
115-MARCELINO FRAGA (PMDB-ES)
116-MARCELO CASTRO (PMDB-PI)
117-MARCELO GUIMARÃES FILHO (PFL-BA)
118-MARCELO ORTIZ (PV-SP)
119-MARCUS VICENTE (PTB-ES)
120-MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)
121-MARIA HELENA (PPS-RR)
122-MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PL-MG)
123-MAURÍCIO RABELO (PL-TO)
124-MAURO BENEVIDES (PMDB-CE)
125-MAURO LOPES (PMDB-MG)
126-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)
127-MILTON BARBOSA (PFL-BA)
128-MILTON CARDIAS (PTB-RS)
129-MURILO ZAUITH (PFL-MS)
130-MUSSA DEMES (PFL-PI)
131-NÉLIO DIAS (PP-RN)
132-NELSON BORNIER (PMDB-RJ)
133-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)
134-NELSON MEURER (PP-PR)
135-NELSON PROENÇA (PPS-RS)
136-NELSON TRAD (PMDB-MS)
137-NILSON MOURÃO (PT-AC)
138-NILTON BAIANO (PP-ES)
139-ONYX LORENZONI (PFL-RS)
140-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)
141-OSVALDO BIOLCHI (PMDB-RS)
142-OSVALDO REIS (-)
143-PAES LANDIM (PFL-PI)
144-PASTOR AMARILDO (PSC-TO)
145-PASTOR REINALDO (PTB-RS)
146-PAUDERNEY AVELINO (PFL-AM)
147-PAULO BALTAZAR (PSB-RJ)

148-PAULO BAUER (PFL-SC)
149-PAULO FEIJÓ (PSDB-RJ)
150-PAULO LIMA (PMDB-SP)
151-PAULO MAGALHÃES (PFL-BA)
152-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)
153-PEDRO CORRÊA (PP-PE)
154-PHILEMON RODRIGUES (PTB-PB)
155-RAFAEL GUERRA (PSDB-MG)
156-RAIMUNDO SANTOS (PL-PA)
157-RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
158-RICARDO BARROS (PP-PR)
159-RICARDO FIUZA (PP-PE)
160-RICARDO RIQUE (PL-PB)
161-RICARTE DE FREITAS (PTB-MT)
162-ROBÉRIO NUNES (PFL-BA)
163-ROBERTO BALESTRA (PP-GO)
164-ROBERTO BRANT (PFL-MG)
165-ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ)
166-ROBERTO MAGALHÃES (PTB-PE)
167-ROBERTO PESSOA (PL-CE)
168-RODRIGO MAIA (PFL-RJ)
169-ROGÉRIO TEÓFILO (PPS-AL)
170-ROMEU QUEIROZ (PTB-MG)
171-RONALDO VASCONCELLOS (PTB-MG)
172-ROIVON SANTIAGO (PP-AC)
173-ROSE DE FREITAS (PMDB-ES)
174-RUBINELLI (PT-SP)
175-SANDES JÚNIOR (PP-GO)
176-SANDRO MABEL (PL-GO)
177-SANDRO MATOS (PTB-RJ)
178-SARAIVA FELIPE (PMDB-MG)
179-SARNEY FILHO (PV-MA)
180-SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB-MA)
181-SERAFIM VENZON (PSDB-SC)
182-SÉRGIO MIRANDA (PCdoB-MG)
183-SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG)
184-SUELY CAMPOS (PP-RR)
185-TADEU FILIPPELLI (PMDB-DF)
186-VADÃO GOMES (PP-SP)
187-VANDERLEI ASSIS (PP-SP)
188-VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM)
189-VIC PIRES FRANCO (PFL-PA)
190-VICENTE ARRUDA (PSDB-CE)
191-VIGNATTI (PT-SC)
192-VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG)
193-VITTORIO MEDIOLI (PSDB-MG)

194-WAGNER LAGO (PP-MA)
195-WALTER FELDMAN (PSDB-SP)
196-WALTER PINHEIRO (PT-BA)
197-WELLINGTON ROBERTO (PL-PB)
198-WLADIMIR COSTA (PMDB-PA)
199-YEDA CRUSIUS (PSDB-RS)
200-ZELINDA NOVAES (PFL-BA)
201-ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA)

Assinaturas que Não Conferem

1-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)
2-DR. HELENO (PP-RJ)
3-EDISON ANDRINO (PMDB-SC)
4-IVAN RANZOLIN (PP-SC)
5-MAURO LOPES (PMDB-MG)
6-MORONI TORGAN (PFL-CE)
7-PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP)
8-PROMOTOR AFONSO GIL (PDT-PI)
9-TATICO (PTB-DF)
10-VIEIRA REIS (PMDB-RJ)

Assinaturas Repetidas

1-ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ)
2-CORIOLOANO SALES (PFL-BA)
3-DARCI COELHO (PFL-TO)
4-DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB-MG)
5-DR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
6-EDUARDO SCIARRA (PFL-PR)
7-ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA-SP)
8-ENIVALDO RIBEIRO (PP-PB)
9-FÉLIX MENDONÇA (PFL-BA)
10-FERNANDO GABEIRA (S.PART.-RJ)
11-FERNANDO GONÇALVES (PTB-RJ)
12-ILDEU ARAUJO (PP-SP)
13-JOSUÉ BENGTON (PTB-PA)
14-LEONARDO MATTOS (PV-MG)
15-LEONARDO VILELA (PP-GO)
16-LOBBE NETO (PSDB-SP)
17-MAURÍCIO RABELO (PL-TO)
18-MILTON BARBOSA (PFL-BA)
19-MILTON CARDIAS (PTB-RS)
20-NELSON MEURER (PP-PR)
21-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)
22-PAULO BAUER (PFL-SC)
23-PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP)
24-PHILEMON RODRIGUES (PTB-PB)
25-PROMOTOR AFONSO GIL (PDT-PI)
26-RICARDO RIQUE (PL-PB)

27-ROBERTO BALESTRA (PP-GO)
28-ROBERTO PESSOA (PL-CE)
29-ROSE DE FREITAS (PMDB-ES)
30-RUBINELLI (PT-SP)
31-SERAFIM VENZON (PSDB-SC)
32-WELLINGTON ROBERTO (PL-PB)

Seção de Registro e Controle e de Análise de Proposições

Ofício nº /2003

Brasília, 16 de dezembro de 2003

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição do Antonio Carlos Magalhães Neto, que "Inclui a letra "e" no § 1º do art. 62 da Constituição Federal.", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de

201	Assinaturas confirmadas;
010	Assinaturas não confirmadas;
035	Assinaturas repetidas.
002	Assinaturas ilegíveis

Atenciosamente,

RUTHIER DE SOUSA SILVA
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa

N E S T A

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

CONSTITUIÇÃO
da
República Federativa do Brasil
1988

TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII
Do Processo Legislativo

SUBSEÇÃO II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Subseção III Das Leis

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

** Artigo, "caput", com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

** § 1º, "caput", acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

I - relativa a:

** Inciso I, "caput", acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

** Alínea "a" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

b) direito penal, processual penal e processual civil;

** Alínea "b" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

** Alínea "c" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

** Alínea "d" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

III - reservada a lei complementar;

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

** Inciso IV acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

** § 2º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

** § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

** § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

** § 5º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

** § 6º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

** 7º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

** § 8º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

** § 9º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

** § 10º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

** § 11 acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

** § 12 acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, parágrafos 3º e 4º;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 125, DE 30 DE JULHO 2003

(Convertida na Lei nº 10.743, de 9 de outubro de 2003)

Institui no Brasil o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley - SCPK, relativo à exportação e à importação de diamantes brutos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art 1º Fica instituído, no Brasil, nos termos das exigências estabelecidas no Processo de Kimberley, o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley - SCPK, mecanismo internacional de certificação de origem de diamantes brutos destinados à exportação e à importação, na forma do disposto nesta Medida Provisória.

§ 1º Denomina-se Processo de Kimberley todas as atividades internacionais relacionadas à certificação de origem de diamantes brutos, visando impedir o financiamento de conflitos pelo seu comércio.

§ 2º Na exportação, o Processo de Kimberley visa impedir a remessa de diamantes brutos extraídos de áreas de conflito ou de qualquer área não legalizada perante o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

§ 3º Na importação, o Processo de Kimberley visa impedir a entrada de remessas de diamantes brutos sem o regular Certificado do Processo de Kimberley do país de origem.

.....

LEI Nº 10.743, DE 9 DE OUTUBRO DE 2003

Institui no Brasil o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley - SCPK, relativo à exportação e à importação de diamantes brutos, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 125, de 2003, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Brasil, nos termos das exigências estabelecidas no Processo de Kimberley, o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley - SCPK, mecanismo internacional de certificação de origem de diamantes brutos destinados à exportação e à importação, na forma do disposto nesta Lei.
§ 1º Denomina-se Processo de Kimberley todas as atividades internacionais relacionadas à certificação de origem de diamantes brutos, visando impedir o financiamento de conflitos pelo seu comércio.

§ 2º Na exportação, o Processo de Kimberley visa impedir a remessa de diamantes brutos extraídos de áreas de conflito ou de qualquer área não legalizada perante o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

§ 3º Na importação, o Processo de Kimberley visa impedir a entrada de remessas de diamantes brutos sem o regular Certificado do Processo de Kimberley do país de origem.

.....

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 127, DE 4 DE AGOSTO 2003

(Convertida na Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003)

Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art 1º Fica instituído o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, destinado a suprir a insuficiência de recursos decorrente do adiamento da aplicação do mecanismo de compensação de que trata o art. 1º da Medida Provisória no 2.227, de 4 de setembro de 2001, para os reajustes e revisões tarifárias realizados entre 8 de abril de 2003 e 7 de abril de 2004, por meio de financiamento a ser concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

§ 1º Poderão ser beneficiárias do Programa as concessionárias que tiverem o direito à compensação a que alude o caput, atenderem às exigências legais para obtenção de crédito concedido com recursos públicos e estiverem adimplentes com as empresas integrantes do Sistema BNDES.

§ 2º O valor a ser financiado será apurado e informado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, observada a legislação vigente.

§ 3º A aplicação do disposto no caput fica condicionada à renúncia expressa do beneficiário do financiamento a pretensão ou alegado direito, a ação judicial, em curso ou futura, ou a revisão tarifária extraordinária que possam ou venham a existir relativamente ao adiamento da compensação referido neste artigo.

§ 4º Para a execução do disposto neste artigo, o BNDES procederá ao enquadramento da operação de forma automática e à análise cadastral simplificada, e as beneficiárias apresentarão os documentos exigidos por lei e as demais comprovações

determinadas pelo BNDES, que deverão ser efetuadas mediante declarações dos administradores das concessionárias.

§ 5º O prazo de carência para a amortização do financiamento a ser concedido às empresas será de até sessenta dias, a contar das revisões ou reajustes tarifários anuais que vierem a ser realizados entre 8 de abril de 2004 e 7 de abril de 2005.

§ 6º O prazo de amortização dos financiamentos será de vinte e quatro meses e poderá ser ajustado à arrecadação decorrente do aumento tarifário correspondente ao adiamento da aplicação do mecanismo de compensação de que trata o caput.

§ 7º Os recursos do financiamento serão liberados após a apresentação, pelas concessionárias, da documentação pertinente, em tempo hábil, e do cumprimento das condições de utilização do crédito estabelecidas contratualmente pelo BNDES, da seguinte forma:

I - cinquenta por cento até sessenta dias, a partir da data dos respectivos reajustes ou revisões tarifários anuais realizados entre 8 de abril de 2003 e 7 de abril de 2004, observado o disposto no § 8º ;

.....
.....

LEI Nº 10.762, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, altera as Leis nºs 8.631, de 4 de março de 1993, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica instituído o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, destinado a suprir a insuficiência de recursos decorrente do adiamento da aplicação do mecanismo de compensação de que trata o art. 1º da Medida Provisória no 2.227, de 4 de setembro de 2001, para os reajustes e revisões tarifárias realizados entre 8 de abril de 2003 e 7 de abril de 2004, por meio de financiamento a ser concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

§ 1º Poderão ser beneficiárias do Programa as concessionárias que tiverem o direito à compensação a que alude o caput, atenderem às exigências legais para obtenção de

crédito concedido com recursos públicos e estiverem adimplentes com as empresas integrantes do Sistema BNDES.

§ 2º O valor a ser financiado será apurado e informado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, observada a legislação vigente.

§ 3º A aplicação do disposto no caput fica condicionada à renúncia expressa do beneficiário do financiamento a pretensão ou alegado direito, a ação judicial, em curso ou futura, ou a revisão tarifária extraordinária que possam ou venham a existir relativamente ao adiamento da compensação referido neste artigo.

§ 4º Para a execução do disposto neste artigo, o BNDES procederá ao enquadramento da operação de forma automática e à análise cadastral simplificada, e as beneficiárias apresentarão os documentos exigidos por lei e as demais comprovações determinadas pelo BNDES, que deverão ser efetuadas mediante declarações dos administradores das concessionárias.

§ 5º O prazo de carência para a amortização do financiamento a ser concedido às empresas será de até sessenta dias, a contar das revisões ou reajustes tarifários anuais que vierem a ser realizados entre 8 de abril de 2004 e 7 de abril de 2005.

§ 6º O prazo de amortização dos financiamentos será de vinte e quatro meses e poderá ser ajustado à arrecadação decorrente do aumento tarifário correspondente ao adiamento da aplicação do mecanismo de compensação de que trata o caput.

§ 7º Os recursos do financiamento serão liberados após a apresentação, pelas concessionárias, da documentação pertinente, em tempo hábil, e do cumprimento das condições de utilização do crédito estabelecidas contratualmente pelo BNDES, da seguinte forma:

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 135, DE 30 DE OUTUBRO 2003

Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei.

CAPÍTULO I DA COBRANÇA NÃO-CUMULATIVA DA COFINS

Art 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, com a incidência não-cumulativa, tem como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas

auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, o total das receitas compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.

§ 2º A base de cálculo da contribuição é o valor do faturamento, conforme definido no caput.

§ 3º Não integram a base de cálculo a que se refere este artigo, as receitas:

I - isentas ou não alcançadas pela incidência da contribuição ou sujeitas à alíquota zero;

II - não-operacionais, decorrentes da venda de ativo imobilizado;

III - auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária;

IV - de venda dos produtos de que tratam as Leis nos 9.990, de 21 de julho de 2000, 10.147, de 21 de dezembro de 2000, 10.485, de 3 de julho de 2002, e 10.560, de 13 de novembro de 2002, ou quaisquer outras submetidas à incidência monofásica da contribuição;

V - referentes a:

a) vendas canceladas e aos descontos incondicionais concedidos;

b) reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
